



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

### REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar Branco](#)

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 16 a 27 e 30/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 126, 129 a 151, 153 a 164 a 168, 170, 171, 174 e 175/XVII/1.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.ª, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 3 e 5/XVII/1.ª, da Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 188 a 270, 273 e 274/XVII/1.ª e dos Projetos de Deliberação n.ºs 11 a 13/XVII/1.ª.

Deu-se ainda conta da retirada do Projeto de Lei n.º 101/XVII/1.ª (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) fez uma reflexão sobre o Estado, no sentido do serviço ao bem comum, abordando questões de imigração, habitação, segurança, saúde, agricultura e pescas.

Em declaração política, a Deputada [Sofia Pereira](#) (PS) apontou mudanças que considera negativas entre o Portugal de hoje e o de antes da governação PSD, em matérias como finanças e legislação laboral.

Em declaração política, o Deputado [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), a propósito da queda do Governo francês, acusou Portugal de viver debaixo do chapéu europeu e apelou às reformas na Segurança Social, na saúde, na educação e na Administração Pública.

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L), aludindo ao descarrilamento no Elevador da Glória, sublinhou a necessidade de uma Administração Pública robusta, resiliente e motivada.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP), aquando do início do novo ano letivo, pronunciou-se sobre os

problemas por resolver na área da educação.

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) teceu elogios à ação do Governo, nomeadamente na área da economia.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Alves](#) (PSD) debruçou-se sobre a reforma do Ministério da Educação, da Inovação e da Ciência que está a ser levada a cabo pelo Governo.

Em declaração política, o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) referiu-se às próximas eleições autárquicas, frisando a importância do poder local.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [131/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo trágico acidente do Elevador da Glória, em Lisboa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara

guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [273/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha e [274/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Nova Iorque.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do L, um Deputado do PSD, uma Deputada do PSD e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 2 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias, para quem quiser assistir aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas.*

*Pausa.*

Estava só a verificar o quórum, visualmente, dos 28 Srs. Deputados, e parece que já temos condições para começar.

Entretanto, peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente que tem para esta nossa sessão.

O **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, as Propostas de Lei n.ºs [16](#), [17](#), [24](#), [25](#), [26](#), [27](#) e [30/XVII/1.ª](#) (GOV); [18](#) e [19/XVII/1.ª](#) (ALRAA); e [20](#), [21](#), [22](#) e [23/XVII/1.ª](#) (ALRAM).

Em segundo lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [126](#), [144](#), [153](#), [154](#), [155](#), [168](#), [170](#) e [174/XVII/1.ª](#) (CH); [130](#), [131](#), [132](#), [148](#), [151](#), [156](#), [157](#), [158](#), [159](#), [160](#), [161](#), [162](#), [163](#), [164](#) e [166/XVII/1.ª](#) (PAN); [129/XVII/1.ª](#) (PSD); [133](#), [135](#), [136](#), [140](#), [142](#), [143](#), [145](#), [147](#) e [171/XVII/1.ª](#) (PCP); [134/XVII/1.ª](#) (IL); [137](#), [138](#), [139](#) e [167/XVII/1.ª](#) (PS); [141](#) e [175/XVII/1.ª](#) (BE); e [146](#), [149](#), [150](#) e [165/XVII/1.ª](#) (L).

Deram igualmente entrada na Mesa a Apreciação Parlamentar n.º [1/XVII/1.ª](#) (PCP, L, BE), os Inquéritos Parlamentares n.ºs [3/XVII/1.ª](#) (BE) e [5/XVII/1.ª](#) (JPP) e a Proposta de Resolução n.º [4/XVII/1.ª](#) (GOV).

Refiro ainda a entrada dos Projetos de Resolução n.ºs [188](#), [189](#), [193](#), [195](#), [196](#), [207](#), [210](#), [217](#), [218](#), [233](#), [234](#), [235](#), [236](#), [251](#), [252](#), [254](#), [259](#), [260](#), [262](#), [263](#), [264](#), [265](#), [266](#), [267](#), [268](#), [270](#), [239](#) e [240/XVII/1.ª](#) (CH); [190](#), [191](#), [213](#), [214](#), [216](#), [225](#), [228](#), [229](#), [230](#), [231](#), [232](#), [250](#) e [253](#) (PAN); [192](#), [197](#), [198](#), [199](#), [203](#), [204](#), [205](#), [206](#), [208](#), [209](#), [256](#) e [257/XVII/1.ª](#) (PCP); [194](#), [222](#), [227](#), [255](#) e [269/XVII/1.ª](#) (IL); [200](#), [201](#), [202](#), [220](#) e [223/XVII/1.ª](#) (PS); [211](#), [212](#), [215](#), [219](#), [226](#), [237](#), [238](#), [241](#), [242](#), [243](#), [244](#), [245](#), [246](#), [247](#), [248](#) e [261/XVII/1.ª](#) (L); [221](#), [224](#) e [249/XVII/1.ª](#) (JPP); e [258/XVII/1.ª](#) (PSD).

Deram ainda entrada os Projetos de Deliberação n.ºs [11](#), [12](#) e [13/XVII/1.ª](#) (PAR) e os Projetos de Resolução n.ºs [273](#) e [274/XVII/1.ª](#) (PAR).

Para terminar, refiro que foi retirado o Projeto de Lei n.º [101/XVII/1.ª](#) (PAN).

Como se pode ver, as férias foram bastante produtivas para os nossos trabalhos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, já está tudo, não temos mais.

Então, vamos dar início à ordem do dia com o primeiro ponto, que consiste em declarações políticas e começa pela intervenção do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal está cansado dos que falam muito e fazem pouco, e o Governo de Luís Montenegro é especialista nisso mesmo. Faço, por isso, um apelo a todos os políticos deste País para que me acompanhem nesta reflexão, para bem dos portugueses: uma reflexão, Srs. Deputados, sobre o Estado, no sentido do serviço ao bem comum e na defesa da verdade.

Olhando, aqui de cima, para a nossa pátria amada, vemos ainda os mais graves recentes falhanços do Estado. Primeiro, os incêndios, que continuam a matar impiedosamente pelo fogo quem tenta salvar os nossos territórios; enquanto, em Lisboa, as mortes no Elevador da Glória deixam muitas dúvidas de segurança e de confiança.

Por isso, Srs. Deputados, perguntemo-nos: este Estado está verdadeiramente ao serviço do nosso amado povo ou este Estado ama-se a si próprio e serve-se do povo para se salvar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Na imigração, Srs. Deputados, Portugal deixou de ser a terra de oportunidades para jovens e passou a ser a terra da desordem. A imigração descontrolada não é solidariedade, é o caos. E a imigração ilegal não é acolhimento, é crime.

Quem vem trabalhar, respeitar e somar ao País, pois que seja bem-vindo. Mas quem vem explorar o sistema, trazer violência e viver à custa dos portugueses, só tem de ir embora de volta, de regresso às suas origens.

*Aplausos do CH.*

E como isso não acontece, Srs. Deputados, a habitação passou a ser um pesadelo em vez de ser um sonho, porque os jovens são empurrados para fora das nossas cidades, onde as rendas são impossíveis e as casas totalmente inacessíveis — o sonho da casa tornou-se um luxo para quase todos.

Também na segurança, por causa da imigração, cresce a criminalidade, aumentam os assaltos violentos e a polícia continua com os pés e as mãos atados, sem meios legais de ação e sem equipamentos. Onde estão as *bodycam*, Srs. Deputados? Onde estão os *taser*? Onde estão os coletes à prova de bala? A polícia está de mãos atadas e os criminosos sentem-se donos das nossas ruas.

*Aplausos do CH.*

Isto quer dizer que, na justiça, continuamos com um País a duas velocidades, onde o pobre espera 10 anos para ter uma sentença e o rico, político corrupto,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eh, lá!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... espera os mesmos 10 anos, mas apenas para ver o seu processo prescrever. Isto não é justiça, isto é um teatro judicial.

Mais um exemplo desta tragédia judicial é o dos nossos guardas prisionais. São heróis, sim, também eles abandonados pelo Estado. Trabalham em prisões degradadas, sobrelotadas, enfrentam violência diária,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... recebem salários indignos. E qual é o resultado? As cadeias estão nas mãos dos gangues e os guardas a serem tratados como descartáveis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Passando para o Serviço Nacional de Saúde e para a promessa que o PSD fez de virar a página em 60 dias, pois bem, esse virar de página transformou-se num virar de cara do Primeiro-Ministro. Faltam médicos, faltam enfermeiros, faltam serviços de urgência, mas sobra propaganda.

O Governo diz que está tudo melhor, que está tudo quase bem. Mas oiçam as ruas, Srs. Deputados, perguntem às famílias que esperam durante meses por uma consulta, que procuram lugar para os seus bebés nascerem, que percorrem centenas de quilómetros para encontrar uma urgência aberta.

Também na agricultura e nas pescas, o que temos é um abandono total. Os agricultores produzem o pão e o vinho, mas só recebem burocracias, impostos e muito desprezo. São proibidos de trabalhar no campo durante os estados de alerta, mas depois, nas aldeias, são tantas vezes os únicos a combater os fogos com aquelas máquinas que estavam proibidas de operar antes dos fogos — isto é uma vergonha!

Em Bruxelas, o Governo assina de cruz; em Portugal, em Lisboa, o Governo cobra aos agricultores, sem piedade.

No mar, os pescadores já estão a ver que os seus bancos de pesca vão ser, brevemente, interditados para a instalação de gigantes eólicas *offshore*. No campo, quem trabalha de sol a sol fica sem voz e sem apoio. Ficam mudos e abandonados quando veem os seus campos ocupados por milhares de quilómetros de painéis solares ou quando perdem tudo nos incêndios criminosos.

E chegamos aos incêndios: desde 2007, já foram gastos 3100 milhões de euros — 3100 milhões de euros! —, mas não temos um único *Canadair*, e todos os anos é a mesma tragédia. Quando a televisão chega, o Governo sorri, no Algarve, para as fotografias, e anuncia falsidades, na Fórmula 1. Mas quando as câmaras se desligam, as populações ficam sozinhas, a chorar as suas perdas.

Srs. Deputados, quando se gastam 3100 milhões de euros em oito anos e nada muda, isto não vos cheira a corrupção? Sim, a corrupção, esse que é o maior buraco negro da nossa democracia: todos os dias mais um escândalo, mais uma vergonha, mais um nome ligado ao PS ou ao PSD.

*Protestos de Deputados do PS.*

O cidadão olha para este Governo, para este Parlamento e para este País e pergunta: vale a pena trabalhar? Vale a pena pagar impostos neste País? Vale a pena ficar aqui quando os poderosos vivem impunes?

Este Governo é como um carro sem travões, prometeu muita velocidade, mas estatelou-se de frente contra o muro da verdade. O Governo de Montenegro falhou em todas as frentes, e nós estamos aqui para dizer, em voz alta, aquilo que na rua se diz, aquilo que o povo já grita nas ruas: basta de promessas e mentiras, basta de Governos que não governam.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, se não sabem como bem fazer, saiam da frente, vão para casa e deixem...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista, por 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A bancada do PSD e o Governo que esta suporta, a cada intervenção pública, a cada anúncio, a cada entrevista dada, fazem-nos parecer que, depois de longos anos de travessia no deserto, finalmente, o País encontrou a prometida luz.

Ouvir as intervenções do PSD e do CDS nesta mesma Casa quase nos faz crer que Luís Montenegro, o seu Governo e Hugo Soares são os nossos estadistas prometidos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Obrigado!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... uma espécie de D. Sebastião, que, vindos do nevoeiro que nos assombrava, resgataram de forma abnegada o País para o caminho do desenvolvimento.

Convido-vos, então, a fazermos um exercício que é simples, um teste do algodão para podermos aferir o brilhantismo desta liderança. Acompanhem-me nestas perguntas: Quando estávamos, então, melhor?

Estávamos melhor quando as propinas dos mestrados estavam congeladas ou agora, quando podem custar milhares de euros sem qualquer limite?

Estávamos melhor quando podíamos acumular a devolução da propina com o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem ou agora, quando só podemos escolher um?

Estávamos melhor quando os contratos a prazo eram limitados a dois anos ou agora, que querem que possam prolongar-se até três anos para um trabalhador se tornar efetivo?

Estávamos melhor quando o teletrabalho era um direito protegido por lei ou agora, quando fica apenas à mercê da vontade do patrão?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Estávamos melhor quando quem perdia um filho antes dele nascer tinha três dias pagos de luto, simples e imediatos, ou agora, quando essa dor é transformada em burocracia?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Estávamos melhor quando o trabalho não declarado era crime, punido, para poder proteger trabalhadores e empresas honestas, ou agora, que o Governo quer descriminalizar a fraude e deixar impunes os abusos aos trabalhadores?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Estávamos melhor quando o primeiro emprego dava um contrato estável ou agora, que os jovens podem ser contratados e despedidos sucessivamente, a prazo, sem ganhar nenhuma segurança? — A aposta nos jovens, Srs. Deputados!

Estávamos melhor quando era proibido substituir trabalhadores despedidos por outros em *outsourcing* ou agora, que se abre a porta ao *dumping* social, com menos direitos e menores salários?

Estávamos melhor quando a contratação coletiva era reforçada ou agora, que se acelera a caducidade dos contratos e se enfraquece a voz dos sindicatos?

Srs. Deputados, estávamos melhor quando o Estado travava o descontrolo do alojamento local ou agora, com este Governo, que recuou e devolveu as cidades à especulação, deixando as rendas subir a cada trimestre?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cada uma destas perguntas tem a mesma resposta: infelizmente, com vocês, com a vossa bancada, nós estamos mesmo cada vez pior.

*Aplausos do PS.*

A vida está mais cara, e este Governo escolhe sempre, sempre, sempre o mesmo caminho para as pessoas, o de agravar as suas vidas, Srs. Deputados — agravar as suas vidas!

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Este é o retrocesso deliberado de um Governo que decide piorar ainda mais a vida dos portugueses, sem se preocupar com as consequências que tenha nas suas vidas.

O aumento brutal do custo de vida exigia mesmo uma maior intervenção do Estado na habitação, para baixar as rendas e os preços; exigia menos custos com a educação, Srs. Deputados — a educação, essa grande prioridade! —; exigia mais direitos laborais no mercado de trabalho, onde os trabalhadores são sucessivamente espremidos;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Como é possível dizer-se isto?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Desde o tempo do PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... exigia maior conciliação familiar.

Este Governo, nos assuntos que importam, escolhe sempre, sempre recuar, e esse recuo paga-se caro. Esse recuo paga-se mesmo caro, paga-se na vida de quem trabalha, de quem estuda, de quem tem família e a cria cá, de quem procura casa todos os dias e não consegue obtê-la, Sr. Deputado.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os vossos estadistas prometidos revelam-se, afinal, uns falsos profetas, é isso que se revelam mesmo: anunciam uma redenção, e o que entregam é sempre retrocesso.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Prometiam a luz, mas o que nos trouxeram foi a escuridão; falaram de futuro, mas o que nos devolvem é o passado, sistematicamente o passado.

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Esta é a vossa agenda, sempre a regredir para beneficiar poucos, sempre a rir — como o Sr. Deputado faz agora — de quem paga o preço das vossas políticas ao final do mês.

No que verdadeiramente importa, Portugal está mesmo pior, infelizmente para nós todos,...

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... e não há farol nem nevoeiro que esconda essa vossa responsabilidade todos os dias.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, por 6 minutos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há dois dias, a 8 de setembro, caiu o Governo francês por falta de consenso em torno do Orçamento do Estado. O agora antigo Primeiro-Ministro François Bayrou foi contundente e afirmou, cito: «O nosso país trabalha, pensa que enriquece e, todos os anos, empobrece um pouco mais. Trata-se de uma hemorragia silenciosa, subterrânea, invisível e insuportável.»

No mesmo discurso, confessou estar, e passo a citar, «impressionado ao constatar o quanto os jovens se sentem como uma geração sacrificada».

E não foi só em Paris que a realidade bateu à porta. Ainda no final de agosto ouvimos o Chanceler alemão, Friedrich Merz, reconhecer sem qualquer rodeio: «O Estado social que temos hoje já não pode ser financiado com o que produzimos na nossa economia.»

Peço, por isso, às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que pensem bem naquilo que de estamos aqui a falar: as duas maiores economias da União Europeia enfrentam, em graus diferentes, um enorme desafio fiscal e um debate duríssimo sobre a sustentabilidade dos seus Estados e dos seus sistemas sociais. E se a estas duas economias acrescentarmos o Reino Unido, a terceira grande economia europeia, também vemos que, aí, a crise é profunda e que, lá, as respostas também estão por vir.

Recordemos também de onde é que nós, portugueses, vimos. Há 11 anos, quando Portugal teve de pedir ajuda externa, falava-se do eixo franco-alemão como modelo de estabilidade e prosperidade, e, na altura éramos nós, portugueses, os maus alunos. Era impensável que essas economias viessem a enfrentar, e tão depressa, dilemas semelhantes àqueles que nós já sofremos e discutimos há 11 anos. No entanto, aqui estamos, com estes países a viver hoje a crise que nós conhecemos muito bem há alguns anos.

Mas, então, o que é que se passa? Portugal estará melhor do que a França? Estará melhor do que a Alemanha ou o Reino Unido? Ter-se-á dado um milagre português? Não. O que acontece é outra coisa.

Portugal não está mais forte, Portugal está apenas debaixo de um chapéu europeu. Beneficiámos de taxas de juro historicamente baixas, recebemos da União Europeia transferências orçamentais sem precedentes e aceitámos uma redução brutal das expectativas de vida de milhões de portugueses. Foram essa almofada externa e esse conformismo interno que nos permitiram adiar o problema que outros países agora enfrentam. Não é a força da nossa economia, não é a solidez das nossas contas e muito menos a eficiência do nosso Estado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Quando olhamos para os números, a ilusão desfaz-se. Entre 2014 e 2025, o nosso PIB (produto interno bruto) cresceu 21 %, mas a produtividade apenas cresceu 5 %. O dinheiro entra, mas não multiplica.

A dívida pública parece menos pesada porque a inflação corroe parte do valor real que devemos, não porque o País se tenha tornado mais competitivo. E 90 % do investimento público em Portugal é hoje financiado por fundos europeus, isto é, endividando os outros europeus. Finalmente, estima-se ainda que, em 2050, as pensões em Portugal correspondam apenas, em média, a 38,5 % do último salário.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Tudo isto significa que a sustentabilidade do nosso Estado social é, em grande medida, uma ficção. Sustentações à custa de impostos recorde sobre quem trabalha, de transferências externas que não vão durar para sempre e de uma juventude que não encontra oportunidades em parte alguma. É por isso que tantos portugueses sentem que vivem sob uma manta curta: um Estado demasiado pesado para quem produz e demasiado frágil para quem precisa mesmo de proteção.

Por isso, Sr. Presidente e Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que se exige à nossa geração é, mais do que nunca, coragem. Exige-se coragem para dizer a verdade: não podemos viver eternamente debaixo de um chapéu europeu, à espera de que a tempestade fique longe, pela Europa Central, e nunca chegue cá.

Temos de ter coragem para reformar — sim! — a Segurança Social, a saúde, a educação e a Administração Pública, coragem para construir um Estado que gaste melhor, que sirva melhor e que respeite quem trabalha, dentro e fora do Estado, e contribui realmente para um País melhor.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E se a França, a Alemanha e o Reino Unido atravessam hoje a tempestade que nós enfrentámos ontem, Portugal tem uma obrigação acrescida: mostrar que aprendeu. Não porque sejamos mais sábios ou porque sejamos mais fortes — se, pelo contrário —, mas porque já pagámos mais cedo e mais caro, e mais cedo do que tarde poderemos vir a ter de pagar outra vez.

Por isso, o verdadeiro milagre será — não o que existe hoje, porque não existe nenhum — termos a lucidez e a ousadia de reformar o País a tempo, de garantir que os jovens podem aqui ficar, que os idosos podem viver aqui com dignidade e que as famílias podem construir as suas vidas. É esse o nosso dever, é esse o dever deste Parlamento, é esse o nosso desafio e é esse o compromisso da Iniciativa Liberal com os portugueses.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Bloco não está cá?! O Bloco?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em alto mar!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias: A última semana foi marcada da pior forma por um desastre terrível, no Elevador da Glória, que tirou a vida a 16 pessoas. Quero aqui reiterar o nosso pesar e a nossa solidariedade para com as vítimas, as suas famílias, amigos e colegas e também com a Carris e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Deixo também um agradecimento sentido a todos os profissionais que acudiram as vítimas e a todos os que, de uma maneira ou de outra, estão a lidar diretamente com o acidente e com as suas consequências.

Vamos aguardar pelo relatório sobre as causas do acidente, que está a ser produzido pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários, para apurarmos as causas e as responsabilidades. Não vale a pena nem é prudente especular sobre este acidente em concreto sem antes termos todos os factos, pelo que aguardaremos. No entanto, há algo que podemos já discutir e que, aliás, já discutimos no passado: a necessidade de termos uma Administração Pública robusta, capacitada, resiliente e motivada.

Sabemos hoje que o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários tem apenas um investigador designado...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Trouxe o discurso que fez na Assembleia Municipal!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... para poder fazer a perícia de acidentes como o do Elevador da Glória e que, há meses, pediu ao Governo que se abrisse uma vaga para um segundo investigador, um pedido ainda sem resposta.

A falta de recursos e a dificuldade em reter quadros especializados são queixas constantes das entidades públicas e um problema real que afeta, depois, todo o funcionamento do País.

O funcionamento e a segurança dos sistemas dependem sempre das pessoas que neles trabalham, do conhecimento que têm e dos meios que têm à sua disposição.

Já em fevereiro, a propósito de um debate com o Ministro Leitão Amaro sobre segurança ferroviária, tínhamos referido a necessidade de se investir nos trabalhadores, nomeadamente das empresas ferroviárias e da Autoridade Nacional de Segurança Ferroviária, do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) e do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários.

Mas isto vai além da ferrovia. A necessidade de investir nos trabalhadores, no conhecimento especializado e na passagem e partilha desse conhecimento é válida para as infraestruturas de forma geral, para as questões de cibersegurança, para a saúde e, na verdade, para todas as áreas de atuação do Estado e onde há uma responsabilidade coletiva.

Nos últimos muitos anos, temos assistido a uma descapitalização do Estado no que toca aos seus trabalhadores e, sobretudo, à capacidade de produção, retenção, transferência e partilha de conhecimento. E é isto que temos de discutir quando falamos de Administração Pública e de funcionários públicos: como garantir uma Administração Pública forte e motivada, que seja capaz de defender os nossos interesses coletivos, com o conhecimento necessário para o fazer.

Uma reforma do Estado não é apenas digitalização, até porque a tecnologia não basta. O conhecimento é essencial para usar e para tirar partido da tecnologia, até para não estarmos reféns de entidades externas, quer sejam grandes empresas multinacionais, quer sejam instituições internacionais que investigam e desenvolvem tecnologia e aplicações em áreas em que nós não investimos.

É sobre tudo isto que temos de falar quando falamos do Estado, da Administração Pública, de funcionários públicos, que são essenciais para o nosso funcionamento enquanto comunidade: dos recursos humanos, das pessoas que trabalham na Administração Pública, das suas condições de trabalho, da perspetiva de carreira, sob pena de o serviço público os perder. Precisamos de falar da formação, do investimento em produção de conhecimento e da sua partilha dentro da Administração Pública, e, para isto, não é só preciso a digitalização, Srs. Deputados; é mesmo preciso investir nas pessoas e no conhecimento.

Toda esta discussão faz parte da preparação, prevenção e prontidão do País, que tantas vezes o Livre tem trazido aqui e que todas as forças políticas têm mesmo de levar muito a sério.

O Livre vai continuar a insistir nesta necessidade, que é permanente e absolutamente essencial para a confiança de que todas as pessoas precisam, não só em casos de eventos extremos, mas também para viverem tranquilamente o seu dia a dia, e esta é uma das nossas responsabilidades enquanto políticos.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma declaração política.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo esta intervenção por expressar o nosso pesar pelas vítimas do descarrilamento do Elevador da Glória, a nossa solidariedade para com as vítimas e respetivas famílias e para com todos os profissionais envolvidos no socorro, e por apelar a que se apurem as causas e as responsabilidades, incluindo as políticas, desta tragédia, o mais rapidamente possível.

A partir de amanhã, milhares de estudantes regressam à escola. É sempre um momento de grande expectativa e entusiasmo, e também de ansiedade. Reveem-se velhos amigos, fazem-se novos, conhecem-se novos professores. É o início de uma nova etapa no percurso escolar, com novas aprendizagens e experiências. Contudo, inicia-se um novo ano letivo sem a resolução de velhos problemas.

Ano após ano, a situação tem vindo a piorar: falta de professores, psicólogos, técnicos especializados e auxiliares de ação educativa; degradação do parque escolar; insuficiência da ação social escolar;

empobrecimento dos currículos, subordinados a metas e não a uma verdadeira aprendizagem e aquisição de conhecimento; desvalorização da educação inclusiva e desmantelamento do sistema público de ensino.

O ano letivo começa com menos professores e com mais horários por preencher, um problema com tendência para se agravar, caso o Governo insista em não adotar as medidas estruturais que se impõem, como a valorização da carreira docente, através de um profícuo processo negocial, que o Governo remete lá para o fim da Legislatura.

Segundo os dados que se conhecem neste momento, após o processo de contratação inicial, mais de 3100 horários ficaram por preencher, reduziu-se o número de professores disponíveis nas reservas de recrutamento e o número de professores em condições de se aposentar é superior ao dos que concluem a formação inicial.

Portanto, não é com mais trabalho extraordinário dos professores que estão na escola, não é por mobilizar professores destacados nas CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) ou no desporto escolar, por exemplo, por contratar professores reformados, por limitar a mobilidade por doença ou por contratar professores sem habilitação profissional, como o Governo tem vindo a fazer, que se vai resolver o problema.

Mais professores exige uma carreira mais atrativa, o que só é possível com a valorização do Estatuto da Carreira Docente, com a melhoria dos seus salários e das condições de trabalho.

O início do ano letivo está também marcado pela falta de vagas nas creches e na educação pré-escolar. O anúncio, agora feito, da criação de 6000 vagas no pré-escolar não ilude a carência existente, em particular nos concelhos mais populosos.

Há famílias que desesperam por uma vaga, porque sucessivos governos optaram por não investir na criação de uma rede pública de creches nem no alargamento da rede pública de educação pré-escolar.

No passado mês de julho, o PCP apresentou três iniciativas que dão resposta a estes problemas, com medidas urgentes para a valorização da carreira docente, a criação de uma rede pública de creches, com a criação de 100 000 vagas em creches até 2029 — e o investimento nestas 100 000 vagas é o equivalente à redução do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) neste período, portanto, estamos a falar, de facto, de uma clara opção política de não investir nas creches —, e a criação de vagas de educação pré-escolar.

No ensino superior, os resultados da primeira fase do concurso de acesso comprovam o caminho de elitização: menos candidatos, menos colocados e, dos colocados, cerca de 404 000 estudantes não se matricularam.

Isto não está dissociado das alterações ao modelo de acesso ao ensino superior, com a reposição da obrigatoriedade de realização de alguns exames e do aumento do seu peso na nota de ingresso, nem das dificuldades económicas dos estudantes e das suas famílias, sendo que as propinas, as taxas e os emolumentos, assim como os custos associados com a frequência, nomeadamente o alojamento estudantil, constituem obstáculos ao acesso ao ensino superior.

Para restringir ainda mais o acesso ao ensino superior, o Governo vem agora anunciar o aumento de propinas para o próximo ano letivo, ao arrepio das disposições constitucionais, que determinam o direito à educação. Contrariamente às afirmações do Governo, aumentar as propinas significa mesmo mais desigualdades e deixar estudantes para trás.

Para garantir a igualdade e o caminho para a gratuidade, o PCP apresentará um projeto de lei para a eliminação das propinas, taxas e emolumentos em todos os ciclos do ensino superior, assim como o reforço da ação social escolar, para assegurar que todos os que pretendam aceder possam, de facto, aceder ao ensino superior.

A educação não pode ser um privilégio para uma elite com condições económicas, como entende o Governo. A educação é um direito de todos, e isso exige investimento; exige valorização da escola pública e de todos os seus profissionais; exige mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem e a formação integral dos indivíduos.

Por último, é absolutamente inaceitável o processo de reorganização do Ministério da Educação. Por um lado, está a ser feito sem o envolvimento da comunidade educativa, dos professores, dos trabalhadores, dos pais, dos estudantes, para procurar que passe despercebido. Por outro lado, mais do que uma alteração de orgânica, com a redução de unidades e serviços, estamos mesmo perante um ataque à escola pública, para transformar o Ministério da Educação num mero regulador, para favorecer o sistema de ensino privado, à custa

do erário público — aliás, como está já a acontecer, com o aumento do financiamento dos contratos de associação em 48 milhões de euros, neste ano letivo. Registe-se: é um aumento superior ao que o Governo anunciou para aumentar a ação social escolar no ensino superior. Isto diz muito das opções por parte do Governo do PSD e do CDS.

Do PCP, contam com a nossa intervenção e luta pelo cumprimento das disposições constitucionais e do direito à educação, que tem mesmo de ser uma realidade para todos, com a intervenção e luta por uma escola pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, para todos, e democrática.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma declaração política.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A economia portuguesa está bem e recomenda-se.

Graças a uma gestão acertada deste Governo, o País que trabalha, o País que investe, o País que inova vê a economia no bom caminho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, apesar das incertezas internacionais, a economia portuguesa mantém o seu dinamismo. Apesar das más notícias oriundas da Europa — ainda esta semana vimos o Governo francês a cair —, apesar da continuação da guerra da Ucrânia, apesar da continuação da guerra no Médio Oriente, a economia portuguesa continua a crescer.

O País está no bom caminho, porque o Governo é capaz de garantir e assegurar, simultaneamente, o aumento do rendimento das famílias e das empresas, mantendo, ao mesmo tempo, o controlo das contas públicas.

Srs. Deputados, isto não são perceções, são factos, e são factos reais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Primeiro, o País cresceu 1,8 % no primeiro semestre, muito acima da média europeia.

Segundo, o emprego atingiu novos máximos históricos.

Terceiro, as famílias têm mais dinheiro nos bolsos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não têm!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... porque o rendimento disponível aumentou 10 % em Portugal.

Quarto, até ao momento, o Estado regista um excedente orçamental de 2,3 mil milhões de euros, mais do dobro do ano passado, com o investimento público a atingir um crescimento de mais de 19 %, em resultado, sobretudo, de uma aceleração significativa da execução dos fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) relativamente aos Governos socialistas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já podem baixar os impostos!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estes são sinais de que os portugueses podem continuar a acreditar na economia portuguesa, porque o mundo também acredita na economia nacional.

Este ano, Portugal já viu duas vezes o *rating* da dívida pública subir por parte das agências internacionais de *rating*...

**Vozes do PSD:** — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e o Governo português prepara-se mesmo para reduzir a dívida pública para próximo de 90 % do PIB, quiçá abaixo de 90 % do PIB.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Este objetivo, a ser concretizado, será uma enorme vitória para todos — para as famílias, para as empresas, mas também para o Governo — e será também uma enorme derrota para todos aqueles que, no passado, e num passado não muito longínquo, defendiam a fórmula «não pagamos» para a gestão da dívida pública.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esses irresponsáveis, que propuseram políticas terceiro-mundistas para a gestão da dívida pública, foram copiosamente derrotados nas últimas eleições legislativas. Ganhou a responsabilidade e hoje Portugal é um exemplo para toda a Europa.

Esta vitória vale também pelo que ela significa para o futuro. Só um país que cresce é um país que pode ter um Estado social mais forte e mais justo, e este foi mesmo o compromisso que a AD (Aliança Democrática) assumiu nas últimas eleições legislativas e que este Governo está a cumprir na sua governação: baixar os impostos para as famílias e para as empresas — baixámos no ano passado, estamos a baixar este ano e vamos continuar a baixar até ao fim da Legislatura —, mas, ao mesmo tempo, cuidar dos mais vulneráveis. Por isso, esta semana, o suplemento extraordinário de pensões foi pago a mais de 2 milhões de pensionistas em Portugal, precisamente porque o Governo teve condições financeiras para o fazer.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para o ano há eleições!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, infelizmente, o desempenho positivo de Portugal, quer em termos económicos quer em termos de finanças públicas, parece ter apanhado de surpresa alguns partidos da oposição, que fizeram grandes previsões de catástrofe e desgraça.

Lembro-me de ouvir Deputados nesta Assembleia dizerem que, se o Governo cumprisse o seu programa, isso iria pôr em causa a estabilidade das contas públicas. Ouvi outras pessoas, fora da Assembleia e sob a sombra do regulador, a prever mesmo que, em 2025, Portugal iria ter um défice orçamental.

A todos esses eu quero dizer que se enganaram e que continuarão a enganar-se. E a todos esses faço notar que aquilo que é uma exceção para a esquerda é a regra para a direita: contas públicas equilibradas e excedente orçamental. E, como tudo aponta, o Governo poderá mesmo chegar ao final deste ano e registar o segundo excedente orçamental consecutivo, pela primeira vez na democracia portuguesa.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, repito: o que é exceção para a esquerda é a regra para a direita.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos no caminho certo. A economia está bem e recomenda-se, e agora há que manter o rumo e o caminho, no próximo Orçamento do Estado para 2026.

Cabe agora às oposições, designadamente ao Chega e ao PS, mostrar responsabilidade e sentido de Estado. A incerteza internacional e o bom senso assim o exigem.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, para uma declaração política.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A qualidade de uma democracia mede-se pela forma como trata quem educa, quem investiga, quem inova e quem serve o bem público.

É por isso que hoje estamos aqui para afirmar, com clareza política, a reforma do Ministério da Educação, da Inovação e da Ciência, uma das mais estruturantes do nosso tempo.

Durante anos, Portugal viveu preso a modelos organizacionais esgotados, que não serviam alunos, professores nem investigadores e, no fundo, não serviam o País.

Era preciso coragem para enfrentar esta realidade, coragem para assumir que o sistema educativo e científico precisava de uma transformação estrutural, não de mais remendos.

Foi essa coragem que este Governo demonstrou: uma reforma que não é um exercício técnico, mas sim uma opção política clara, inequívoca e necessária; uma reforma feita com diálogo, com visão e com resultados.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na educação básica e secundária, assumimos o que outros ignoraram: professores sufocados pela burocracia, escolas atoladas em sistemas descoordenados, técnicos especializados desvalorizados.

A resposta do Governo foi inequívoca. Criámos a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, que centraliza recursos e liberta as escolas para ensinar e aprender. Criámos o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, independente, que garante qualidade pela excelência, pela inclusão e pela justiça.

Colocámos os alunos no centro do sistema, sim, mas colocámos também os professores no centro das soluções, porque não há futuro da escola sem dignidade para quem ensina.

Na ciência e no ensino superior, combatemos a fragmentação e a precariedade que, durante décadas, condenaram investigadores e docentes ao silêncio e à frustração.

Com a Agência para a Investigação e Inovação, Portugal entra numa nova era. Com o Instituto para o Ensino Superior, simplificámos o acesso, o financiamento e a internacionalização.

Acrescento o seguinte: esta reforma não se limita a Lisboa. É uma verdadeira aposta na descentralização inteligente, reforçando competências das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional), alinhando a rede escolar com a formação profissional e com as necessidades do território.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, todas estas medidas têm um princípio comum, que é valorizar quem faz o sistema funcionar: professores e educadores com estabilidade e respeito; investigadores com condições dignas e financiamento previsível; técnicos e administrativos profissionais fundamentais, que não podem continuar invisíveis.

Não falamos apenas em discursos. Falamos em reorganização, em investimento, em autonomia e em resultados. E não começámos agora. Esta reforma é consistente com políticas que já deram frutos: recuperação do tempo do serviço docente em semanas; concurso extraordinário com 1800 vagas para docentes de zonas carenciadas; apoio à deslocação de professores, de 2800 para 8000 beneficiários, alargando esse apoio a todos os professores deslocados, progressivamente, até 500 € mensais. O Governo aplicou, ouviu, avaliou, alargou esta medida.

Quanto à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, há 3000 contributos analisados e em consulta pública. Com a proibição dos *smartphones*, o Governo, mais uma vez, mostrou estar na linha da frente da Europa, após ouvir a comunidade escolar. Houve 6000 novos professores no sistema, no ano letivo passado, mais do que os que saíram. Estamos a fazer a revisão do Estatuto da Carreira Docente, em negociação sindical já em curso e com frutos, com o novo regime de mobilidade por doença em prática.

Há mais seis milhões de euros para as autarquias, para obras nas escolas. Estamos a rever o regime jurídico das instituições de ensino superior, debatido com partidos, reitores, presidentes de politécnicos e estudantes.

A reforma da ação social conta com mais 30 milhões de euros, um aumento de 42 %, para que nenhum aluno fique para trás. Queremos garantir igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior: sem mobilidade social, não existe democracia robusta.

Houve um reforço de 50 milhões de euros em ciência, após uma execução recorde da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), e de 110 milhões de euros no financiamento das unidades de investigação e desenvolvimento.

A isto chama-se governar com responsabilidade: diagnosticar, ouvir, decidir e reformar.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que diferencia esta reforma é a sua seriedade política: não há falsas apresentações; não há promessas sem orçamento; não há reformas à pressa ou em gabinetes fechados.

O que há é coragem, competência e confiança. O que há é política com «P» grande ao serviço do País, porque não há Portugal com futuro sem quem ensina, não há inovação sem quem investiga, não há coesão sem quem trabalha todos os dias para a construir.

Esta reforma é para esses profissionais, é para os alunos, para os investigadores, para as famílias, é para o País que acredita no conhecimento, na justiça e na responsabilidade.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o PSD não está aqui para gerir o tempo, está aqui para transformar Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no próximo dia 12 de outubro viveremos mais um momento alto da nossa democracia: as eleições autárquicas.

É um dia em que cada cidadão terá a oportunidade de dizer, através do seu voto, que futuro quer para a sua terra, para a sua freguesia, para o seu concelho.

É um momento de esperança: esperança de que é possível construir comunidades mais fortes, resilientes e participativas; esperança de que a política local pode continuar a ser um espaço de proximidade, de diálogo e de soluções concretas para a resolução dos problemas que afligem as populações.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, acredito profundamente — e julgo que todos nós comungamos de uma ideia simples, mas profundamente transformadora — que a força do poder local democrático é um dos pilares da nossa democracia e uma das maiores conquistas de Abril.

Todos os autarcas, independentemente do partido que representam, mostram a essência do poder local democrático e da sua autonomia. Demonstram que é possível governar com rigor, transparência e coragem, colocando sempre a população no centro das suas decisões, mesmo quando o Estado falha na resolução dos problemas que afligem as nossas comunidades.

É nas câmaras, nas juntas de freguesia, nas assembleias municipais que a política é mais próxima e visível, onde cada decisão tem um impacto direto no dia a dia das populações, desde melhorar os serviços públicos, apoiar as famílias, criar oportunidades para os jovens e proteger os mais vulneráveis.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma gestão autárquica séria e transparente dá resultados. É aqui que construímos confiança na democracia e onde os problemas são ouvidos e resolvidos.

Por isso, no dia 12 de outubro, mais do que escolher listas ou partidos, vamos escolher projetos de futuro: projetos que valorizem as pessoas, envolvam os cidadãos na definição de prioridades e apostem na sustentabilidade, na economia local, na educação e na qualidade de vida das populações.

É isso que defendo e é isso que o meu partido, o JPP, defende: um poder local aberto, próximo e participativo.

Este é o momento não só para sonhar em grande, mas também para agir com responsabilidade. Cada voto será uma escolha entre a continuidade ou a mudança, entre a apatia ou a participação, entre a política do distanciamento ou a política de proximidade que o JPP representa.

Quero deixar uma palavra muito clara a todos os portugueses, madeirenses e açorianos: o vosso voto tem poder, tem muito poder — o poder de melhorar a vida da nossa rua, da nossa freguesia, da nossa cidade, do nosso concelho. Quando participam, quando votam de forma livre e consciente, afirmam que não aceitam que os outros decidam por vocês. Por isso, serão protagonistas do nosso futuro.

Aos autarcas, deveis exigir trabalho com proximidade, humildade e determinação, porque eu acredito, nós acreditamos, que juntos poderemos construir autarquias mais fortes e comunidades mais felizes.

Termino com um apelo sereno, mas firme: no próximo dia 12 de outubro saiam de casa, participem, façam ouvir a vossa voz. Votem com esperança, votem pela vossa terra, votem pelo vosso futuro, porque, quando o povo participa, a mudança acontece, e o bem comum sempre vencerá.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Votem no Chega!

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção termina o primeiro ponto da ordem do dia, declarações políticas, e vamos, então, passar à fase das votações.

Pedia atenção agora para a primeira deliberação que vamos votar, o Projeto de Voto n.º 131/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo trágico acidente do Elevador da Glória, em Lisboa, a que o Governo se associa.

Passo a ler: «No passado dia 3 de setembro, quarta-feira, ocorreu um trágico acidente no Elevador da Glória, em Lisboa.

Perderam a vida, na sequência deste acontecimento, 16 pessoas, entre as quais o guarda-freio e diversos passageiros do veículo. Mais de 20 pessoas ficaram feridas.

Diante de uma tragédia com estas proporções, ocorrida num lugar icónico da nossa capital, multiplicaram-se, em Lisboa e em todo o País, expressões de consternação e solidariedade, que obtiveram eco um pouco por todo o mundo.

Entre as vítimas do acidente do Elevador da Glória, há vários portugueses, mas também cidadãos de outras nacionalidades, que se encontravam em visita ao nosso País. Portugal tributa-lhes, também a eles, a dor desta despedida.

A Assembleia da República, reunida em Comissão Permanente, manifesta profundo pesar pela tragédia do Elevador da Glória. Às famílias e amigos das vítimas, endereça sentidas condolências. Aos feridos, formula votos de pronto restabelecimento. Aos bombeiros, aos serviços de emergência, às forças de segurança e aos profissionais de saúde, cuja dedicação permitiu acudir rapidamente à tragédia, agradece a abnegação e o espírito de serviço. E à cidade de Lisboa, cujo coração foi maculado por estes acontecimentos, expressa uma mensagem de proximidade e solidariedade.»

Vamos então votar a parte deliberativa deste projeto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Vamos, então, guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 273/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP e o voto contra do CH.*

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 274/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Nova Iorque.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Vamos agora votar vários pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o primeiro parecer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este — Juízo Local Cível de Lousada, Processo n.º 2447/23.5T8LOU, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Deputada Filipa Pinto (L) a prestar depoimento presencialmente, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Peço ao Sr. Secretário o favor de ler o segundo parecer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Juízo Central Criminal de Santa Maria da Feira — Juiz 1, Processo n.º 1536/22.8KRPRT, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Miguel Santos a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Peço ao Sr. Secretário que prossiga com a leitura do terceiro parecer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Juízo Central Criminal do Porto — Juiz 11, Processo n.º 16080/19.2T9PRT, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Deputada Adriana Rodrigues a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Peço ao Sr. Secretário o favor de ler o quarto e último parecer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real, Juiz do Trabalho de Vila Real — Juiz 1, Processo n.º 20/24.0T8VRL, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Rui Jorge Santos (PS) a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Bloco de Esquerda.*

Srs. Deputados, o Plenário volta a reunir na próxima quarta-feira, dia 17, às 15 horas, estando agendado como primeiro ponto da ordem do dia a votação dos Projetos de Deliberação n.ºs 11/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 24/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV), e 12/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

O segundo ponto consiste na discussão, na generalidade, por fixação da ordem do dia requerida pelo Partido Socialista, do Projeto de Lei n.º 167/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria a comissão técnica independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Portugal continental em agosto de 2025.

Do terceiro ponto consta votações.

Muito obrigado e boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

*Eram 16 horas e 2 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.